

# RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 139 – 23/03 a 27/03/2020

## Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

[MP traz novas regras trabalhistas durante o estado de calamidade pública](#)

Portal eSocial - 27/03/2020

A Medida Provisória nº 927/20 foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União no último domingo (22). A MP trouxe diversas regras “para preservação do emprego e da renda” dos trabalhadores, dentre elas as que permitem a concessão antecipada de férias futuras, o pagamento do adicional de um terço de férias após a sua concessão e a prorrogação do prazo para pagamento do FGTS relativo às folhas de março, abril e maio. Não houve mudanças quanto aos prazos de pagamento da contribuição previdenciária e do imposto de renda.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Confira as regras de funcionamento do STF em razão do coronavírus](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/03/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) vem mantendo todas as atividades de prestação jurisdicional, porém, com a necessidade de adoção de medidas de prevenção ao contágio do novo coronavírus, algumas rotinas foram adaptadas. Recentemente, foram implementadas, entre outras medidas, restrições de acesso ao prédio, trabalho remoto para servidores e suspensão de prazos para processos físicos.

### [Painel mostra dados atualizados sobre processos relacionados à Covid-19 no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/03/2020

Visando informar a sociedade e viabilizar o acompanhamento das ações perante a Corte relacionadas à pandemia do coronavírus, o Supremo Tribunal Federal (STF) disponibiliza, a partir de hoje (27), o [Painel de Ações Covid-19](#). Nele é possível acompanhar dados atualizados sobre todos os processos em curso no STF em que existam pedidos relacionados à pandemia, além das decisões tomadas pelo Tribunal sobre o tema.

### [Ministro defere pedido do Senado e da Câmara para autorizar alterações no processo de análise de MPs](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/03/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu pedidos de medida liminar, a serem referendadas pelo Plenário, para autorizar que, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus, as Medidas Provisórias (MPs) sejam instruídas perante o plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ficando excepcionalmente autorizada a emissão de parecer por parlamentar de cada uma das Casas em substituição à Comissão Mista.

### [CNT questiona inaplicabilidade de prescrição intercorrente em execuções trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/03/2020



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) questiona, no Supremo Tribunal Federal (STF), a inaplicabilidade de prescrição intercorrente (perda da ação em decorrência da inércia da parte autora) em execuções trabalhistas que tramitam em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. O ministro Ricardo Lewandowski é o relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ([ADPF 657](#)) que trata da matéria.

### [Ministro mantém validade de MP sobre medidas trabalhistas durante a pandemia do novo coronavírus](#)

Supremo Tribunal Federal - 26/03/2020

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu pedido de medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6342, ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra dispositivos da Medida Provisória (MP) 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem algumas medidas excepcionais em razão do estado de calamidade pública declarado diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A decisão será submetida a referendo pelo Plenário do STF.

### [Centrais sindicais discutem com presidente do STF medidas de proteção do emprego durante pandemia](#)

Supremo Tribunal Federal - 26/03/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, participou, na manhã desta quinta-feira (26), de videoconferência com líderes de movimentos sindicais para discutir medidas a serem adotadas junto ao setor produtivo, o Congresso, o Judiciário e o governo federal diante da crise econômica causada pelo enfrentamento ao novo coronavírus.

### [Supremo recebe novas ações contra redução de direitos trabalhistas durante calamidade pública](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/03/2020

O Supremo Tribunal Federal recebeu quatro novas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra a Medida Provisória (MP) 927/2020, que flexibiliza a legislação trabalhista durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus. As ações foram ajuizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos ([ADI 6346](#)), pelo Partido Socialista Brasileiro ([ADI 6348](#)), Partido Comunista



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido dos Trabalhadores (PT) conjuntamente ([ADI 6349](#)) e pelo partido Solidariedade ([ADI 6352](#)).

### [Suspensão dos prazos processuais na Justiça do Trabalho é prorrogada até 30/4](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/03/2020

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Cristina Peduzzi, editou nesta quinta-feira (26), o [Ato TST.GP. nº 139](#) e o [Ato CSJT.GP nº 56/2020](#), que prorrogam a suspensão dos prazos processuais na Justiça do Trabalho até 30/4/2020.

### [Vice-presidência do TST recomenda mediação e conciliação eletrônica em ações relacionadas à pandemia](#)

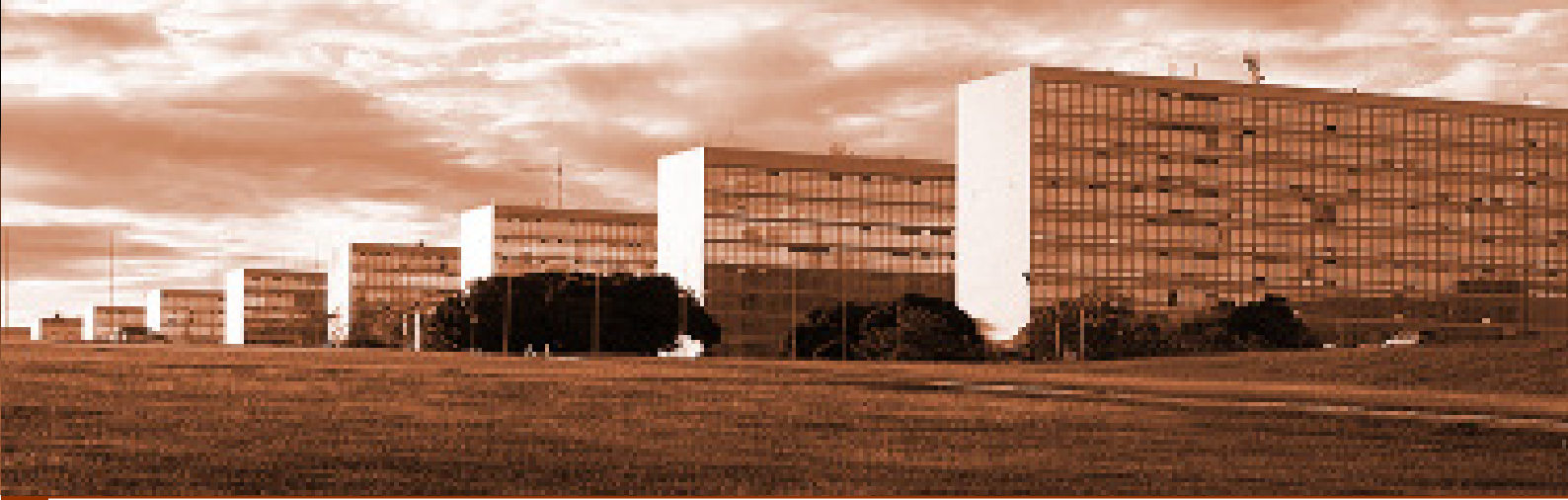
Tribunal Superior do Trabalho - 25/03/2020

O ministro Vieira de Mello Filho, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação, recomendou, nesta quarta-feira (25), a adoção de diretrizes excepcionais para o emprego de instrumentos de mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos no contexto da pandemia do novo coronavírus.

### [Negada indenização a família de instalador morto por descarga elétrica na rua](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/03/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da família de um instalador da Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A. em Ubá (MG), que pedia a condenação da empresa pela morte do empregado em decorrência de uma descarga elétrica no veículo que dirigia. O acidente foi considerado fatalidade pelo colegiado, por não ter qualquer relação com as atividades do instalador.



## Notícias do Executivo

### [Governo amplia atendimento por telefone à população nos estados](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 26/03/2020

Com a suspensão do atendimento presencial nas unidades do Trabalho em todo o país por conta do coronavírus, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia reforçou os canais de comunicação por telefone. Além do 158, que atende todo o Brasil, cada uma das 27 superintendências regionais tem um telefone complementar. A medida vale enquanto o atendimento presencial estiver suspenso.

### [Governo alerta para riscos de aglomerações em agências bancárias](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 24/03/2020

Preocupados com a pandemia de coronavírus, governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e bancos alertam a população para os riscos de aglomerações nas agências bancárias, especialmente nos dias de pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas. Este é o público mais vulnerável ao vírus e, portanto, deve ser mais protegido.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT recebe mais de 2400 denúncias de violações trabalhistas relacionadas à Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/03/2020

O Ministério Público do Trabalho já recebeu mais de 2400 denúncias de violações trabalhistas relacionadas à Covid-19, em todo o país, desde o início da crise causada pela pandemia. O MPT criou o tema "Covid-19" especificamente para registrar demandas relacionadas aos impactos gerados pelo novo coronavírus. O balanço parcial publicado hoje (27) leva em consideração apenas os números contabilizados até 25 de março.

### [Coronavírus: MPT expede recomendações a federações e sindicatos patronais em Mato Grosso](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/03/2020

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) encaminhou ontem notificações recomendatórias à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), à Federação das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia (Fetramar), à Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomercio), à Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt) e ao Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS/MT).

### [MPT e Sinduscon mantêm diálogo para evitar proliferação de coronavírus na construção civil](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/03/2020

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL) e o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas (Sinduscon) discutiram, nesta segunda-feira (23), meios de evitar a disseminação do coronavírus Covid-19, entre trabalhadores da construção civil.

### [Nota à imprensa: MPT vê com extrema preocupação trechos importantes da MP 927](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/03/2020



## Notícias do Ministério Público do Trabalho

O Ministério Público do Trabalho compreende o estado de calamidade vivido pelo país e pelo mundo e as sérias repercussões que a pandemia tem sobre a economia e sobre a sustentabilidade das empresas e, nesse sentido, se associa à necessidade de medidas emergenciais para esse momento.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Auditor-Fiscal defende, em análise da MP 927, controle constitucional contra enfraquecimento da Inspeção do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/03/2020

O SINAIT divulga uma [análise](#) da Medida Provisória – MP 927/2020 produzida pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Hélio Antonio Bittencourt Santos. O servidor, em 13 tópicos, comenta aspectos como a abrangência da medida durante o estado de calamidade pública e a revogação do controverso artigo 18 – que autorizava a suspensão dos contratos de trabalho – pela MP 928/2020, além da série de outras medidas trabalhistas que a matéria define.

### [Orientações e recomendações da OSHA estão em documento traduzido pelo SINAIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/03/2020

O SINAIT traduziu e divulga o [documento](#) da Administração de Saúde e Segurança Ocupacional - Departamento de Trabalho dos EUA – OSHA, que estabelece diretrizes para a Preparação dos Locais de Trabalho diante da pandemia do coronavírus. A OSHA é a agência de informação em matéria de segurança e saúde no trabalho e o documento contém recomendações e descrições dos padrões obrigatórios de saúde e segurança. As recomendações são de natureza consultiva, informativa e têm a finalidade de ajudar os empregadores a fornecer um local de trabalho seguro e saudável.

### [Em artigo, Renato Bignami e Victoriana Leonora avaliam o teor da MP 927, que impede a atuação da Inspeção do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/03/2020

O Auditor-Fiscal do Trabalho Renato Bignami e a advogada e pesquisadora Victoriana Leonora, do Centro de Empresas e Direitos Humanos da Escola de Direito (CDHeEFGV/SP), produziram o artigo "[Da calamidade à insanidade: a Medida Provisória 927](#)". A obra foi publicada, no dia 24 de março, na coluna "Mentes inquietas pensam Direito" do Portal Justificando.



# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Decreto retificado define Fiscalização do Trabalho como atividade essencial no enfrentamento à pandemia do coronavírus](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/03/2020

O [Decreto nº 10.292](#) publicado no Diário Oficial da União nesta quinta-feira, 26 de março, regulamenta a Lei nº 13.979 e define a Fiscalização do Trabalho como atividade essencial no enfrentamento à pandemia do coronavírus. A publicação do Decreto nº 10.292 retifica a Lei e, ao definir a Fiscalização do Trabalho como atividade essencial, permite a atuação efetiva do Auditor-Fiscal do Trabalho no desenvolvimento de ações contra a proliferação do coronavírus no país.

### [SINAIT encaminha documento à SIT com sugestões para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 25/03/2020

O SINAIT encaminhou, na tarde desta quarta-feira, 25 de março, Carta à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, em que apresenta questionamentos, sugestões e apontamentos na intenção de viabilizar uma presença mais efetiva do quadro da Auditoria-Fiscal do Trabalho nos ambientes laborais em busca da proteção dos trabalhadores.

### [MP 927: Nota técnica do Diap destaca desrespeito à atuação sindical, fiscalizatória e mais prejuízos aos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 25/03/2020

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap divulgou, no dia 23 de março, [Nota Técnica](#) do Departamento sobre a Medida Provisória nº 927/2020, que dispõe sobre medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020. O documento foi produzido pelo consultor legislativo e advogado Luiz Alberto dos Santos.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Revogado trecho da MP 927 que previa suspensão de contratos de trabalho por 4 meses](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/03/2020

O presidente Jair Bolsonaro revogou o artigo 18 da Medida Provisória – MP 927/2020, que previa a suspensão de quatro meses de salário do trabalhador durante a pandemia do coronavírus. A [mudança foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 23 de março, Edição: 56-C, Seção: 1 – Extra, Página: 1](#). Desde a publicação da MP, que determina a flexibilização das regras trabalhistas durante a crise, o artigo que indicava a possibilidade dos empregadores dispensarem do trabalho os funcionários por quatro meses, sem o pagamento de salários, vinha sendo criticado, bem como a MP em geral.

### [Nota Técnica da OAB defende a Auditoria- Fiscal do Trabalho dos ataques contidos na MP 927-2020](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/03/2020

O SINAIT divulga [Nota Técnica](#) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que analisa a Medida Provisória – MP 927/2020 e reitera a importância da atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho frente à pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus – Covid-19 no Brasil. A nota foi produzida nesta segunda-feira, 23 de março, por uma equipe de eminentes advogados sob orientação de Mauro de Azevedo Menezes, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CNSD/CFOAB.

### [Em nota, SINAIT e entidades da área jurídica repudiam medidas anunciadas pelo governo e cobram retorno do MTb](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/03/2020

Em nota pública, o SINAIT e mais cinco importantes entidades da área jurídica da sociedade civil condenam as medidas anunciadas pelo governo, que prejudicam os trabalhadores, para supostamente amenizar a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. O retorno do Ministério do Trabalho está entre as medidas cobradas para o enfrentamento da crise.



# eSocial

## Notícias do e-Social

### [Emissão do DAE liberada com as alterações trazidas pela Medida Provisória nº 927](#)

Portal eSocial - 26/03/2020

Com a possibilidade de prorrogação do pagamento do FGTS dos meses de março, abril e maio, foram necessários ajustes no sistema. Usuários que emitiram guias da competência de março/2020 com data de vencimento diferente de 07/04/2020 devem emitir nova guia.

### [Secretaria de Trabalho realiza reunião com o Conselho Federal de Contabilidade para tratar da falta de prestação de informações ao eSocial](#)

Portal eSocial - 26/03/2020

Atualmente, todas as empresas dos grupos 1, 2 e 3 foram desobrigadas de prestar as informações via sistema CAGED, devendo cumprir a obrigação por meio do envio dos eventos não periódicos ao eSocial. Isso inclui informações de admissões e desligamentos, fundamentais para a concessão de benefícios aos trabalhadores e formulação de políticas públicas.



## Outras Notícias

### [Trabalho em condições degradantes basta para configurar escravidão, diz TRF-4](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2020

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, crime tipificado no artigo 149 do Código Penal, não exige demonstração de jornada de trabalho excessiva nem cerceamento da liberdade, pela apreensão de documentos ou convívio diário com vigilância armada. Basta que as condições de trabalho sejam consideradas degradantes, que atentem contra a saúde, a segurança e a dignidades dos trabalhadores.

### [Bolsonaro cita CLT e sugere indenização a empregadores; advogados discordam](#)

Consultor Jurídico - 27/03/2020

A iniciativa do governo federal de pregar o fim da quarentena adotada por prefeitos e governadores — de forma contrária às recomendações das autoridades sanitárias e da comunidade científica — fez com que o artigo 486 da CLT ganhasse relevância inédita nas redes sociais.

### [Juíza barra demissão em massa durante Covid-19 e manda reintegrar trabalhadores](#)

Consultor Jurídico - 27/03/2020

A ação foi ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário de Joaçaba. Eles alegaram que a empresa formalizou o aviso de rescisão de contrato de trabalho em razão da pandemia do novo coronavírus, usando como base o Decreto Estadual 507/2020, que trata de medidas preventivas e combate ao contágio.

### [MPT recebeu 500 denúncias de empresas que descumpriram normas de prevenção](#)

Consultor Jurídico - 26/03/2020

O número corresponde a denúncias recebidas entre o dia 1º e 24 de março e dizem respeito a todo o estado de São Paulo. As infrações estão relacionadas a decretos de autoridades municipais e estadual,



## Outras Notícias

que limitaram a operação de setores diversos da economia, permitindo apenas atividades consideradas essenciais.

### [TRT-2 determina afastamento de trabalhadores de grupo de risco](#)

Consultor Jurídico - 25/03/2020

Na segunda-feira (23/9), a magistrada determinou que a Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM) deve liberar imediatamente das atividades presenciais os ferroviários, inclusive terceirizados, pertencentes ao grupo de risco, quais sejam: idosos acima de 60 ou mais, gestantes, pessoas com doenças respiratórias crônicas, cardiopatas, diabéticos, hipertensos e portadores de outras afecções do sistema imunológico.

### [Suspensão de serviços presenciais não impede notificações na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 24/03/2020

O Tribunal Superior do Trabalho publicou ato (Ato TST.GP 133) mantendo as notificações de suspensão durante o período de suspensão de serviços presenciais na corte. Isso permite que as publicações de pautas, decisões monocráticas e acórdãos continuem a ocorrer. O novo ato altera o publicado na última semana que suspendeu as sessões de julgamento e os prazos processuais até o dia 31 de março.

### [MP que suspendia contratos e salários prevê outras medidas controversas](#)

Consultor Jurídico - 23/03/2020

O presidente Jair Bolsonaro editou na noite deste domingo (22/3) uma medida provisória que flexibiliza normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As mudanças, segundo o governo, visam à “preservação do emprego e da renda” para enfrentamento das crises sanitária e econômica que se anunciam com a pandemia da Covid-19.





## Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 22/03/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

[PORTARIA Nº 412, DE 20 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 23/03/2020 Seção I Pág. 94) - Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19);

[PORTARIA INSS Nº 230, DE 20 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 23/03/2020 Seção I Pág. 95) - Dispõe sobre a complementação da contribuição do segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de 1 (um) mês, a partir de novembro de 2019, recebe remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição;

[EDITAL RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 1/2020](#) (DOU de 23/03/2020 Seção III Pág. 62) - Dispõe sobre o regulamento do processo seletivo público para o preenchimento de 4 (quatro) vagas de entidades não governamentais privadas, a fim de compor a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, e prorroga, por mais 30 (trinta) dias, sendo o final do período, o último dia útil subsequente, os prazos contidos no item "10. DO CRONOGRAMA", a fim de não causar prejuízos para o cumprimento tempestivo das atividades pelos candidatos;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 928, DE 23 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 23/03/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020;

[LEI Nº 13.981, DE 23 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU 24/03/2020 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada;



## Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA RFB Nº 555, DE 23 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 24/03/2020 Seção I Pág. 33) - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19);

[PORTARIA MJSP Nº 87, DE 23, DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 24/03/2020 Seção I Pág. 76) - Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória;

[MENSAGEM Nº 123, DE 24 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU 25/03/2020 Seção I Pág. 05) - Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;

[PORTARIA SEPRT Nº 8.281, DE 24 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 25/03/2020 Seção I Pág. 34) - Dispõe sobre o valor do pagamento da diária ao segurado ou dependente pelo deslocamento, para submeter-se a exame médico-pericial ou processo de reabilitação profissional, em localidade diversa da de sua residência, por determinação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. (Processo nº 10132.100092/2020-37);

[CIRCULAR CEF Nº 893, DE 24 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU 25/03/2020 Seção I Pág. 53) - Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS referente às competências março, abril e maio de 2020, diferimento dos respectivos valores sem incidência de multa e encargos, regularidade do empregador junto ao FGTS e dá outras providências;

[DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 26/03/2020 Seção I Pág. 01) - Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 856, DE 25 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 26/03/2020 Seção I Pág. 42) - Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de





## Atos Normativos

que trata a Resolução CODEFAT nº 851, de 18 de março de 2020.

[RESOLUÇÃO CGSN Nº 153, DE 25 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 26/03/2020 Seção I Pág. 44) - Prorroga, excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2020](#) (DOU de 27/03/2020 Seção I Pág. 01) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias da Medida Provisória nº 917, de 31 de dezembro de 2019, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2020](#) (DOU de 27/03/2020, Seção I Pág. 01) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias da Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 31, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020;

[CIRCULAR CEF Nº 896, DE 25 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 27/03/2020 Seção I Pág. 28) - Publica a versão 10 do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

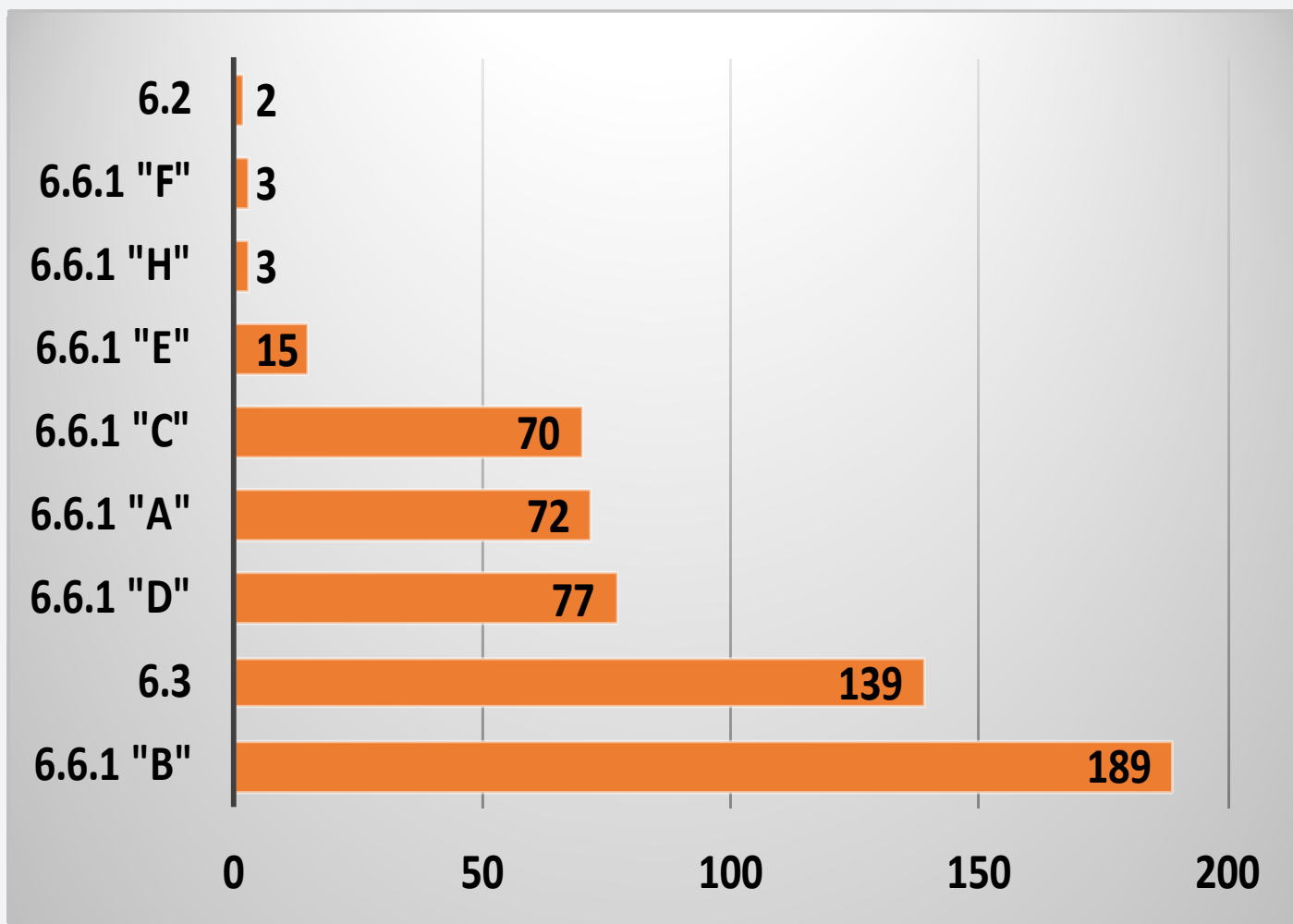
[PORTARIA MDR Nº 743, DE 26 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 27/03/2020 Seção I Pág. 20) - Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).

[RESOLUÇÃO COFEN Nº 634, DE 26 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 27/03/2020 Seção I Pág. 117) - Autoriza e normatiza, "ad referendum" do Plenário do Cofen, a teleconsulta de enfermagem como forma de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, esclarecimentos, encaminhamentos e orientações com uso de meios tecnológicos, e dá outras providências;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 9 (nove) itens da Norma Regulamentadora n.º 06 (Equipamentos de Proteção Individual) mais capitulados como "Embargo" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

## Dados estatísticos de Fiscalização

**Embargo:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :  
f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.



Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico